

**UMA LEITURA DE PARÓQUIA E COMUNIDADE NO BRASIL
- PERSPECTIVA HISTÓRICA - FERNANDO LONDOÑO (ORG.)
SÃO PAULO, 1987**

SEVERINO VICENTE DA SILVA*

Resumo: o artigo pretende analisar uma obra coletiva sobre Paróquias no Brasil, simultaneamente apresentando-lhe alguma criticidade.

Uma casa para os que não tem casa", um lugar para os que vivem fora de sua pátria. Assim era entendida a palavra paróquia na casa de Pedro. Esta visão é bem diversa da utilização do mesmo termo nos dias de hoje.

As instituições surgem em um determinado momento histórico e, algumas são superadas pelo tempo, perdem sua importância, são esquecidas. Outras tomam rumos diversos, acompanhando as mudanças e a elas se adaptando. Assim ocorreu com o termo paróquia e a organização da vida diária dos cristãos.

A "vitória" do cristianismo sobre o império romano foi, ao mesmo tempo, uma derrota das formas mais diretas e simples de viver o cristianismo. A igreja cristã adaptou-se ao assumir algumas das funções do Estado Romano e ao celebrar aliança com os reis francos nos séculos VIII e seguintes, da mesma maneira agindo com os imperadores do império germânico. A igreja cristã passou a ter uma instabilidade que os "paroquianos" dos primeiros séculos não possuíam.

A paróquia deixou de ser um lugar de acolhimento para os peregrinos e tomou a função cartorial que hoje ainda lhe é cobrada. Ao mesmo tempo se lhe pede a função de ser comunidade, como já estava exposto no título "PARÓQUIA E COMUNIDADE NO BRASIL: perspectiva histórica", dessa coletânea organizada pelo professor Fernando Torres Londoño, a partir de estudos realizados no mestrado em História da Evangelização na América Latina.

Sem dúvida, a melhor apresentação deste livro é feita pelo próprio

Londoño na introdução, desde o surgimento da problemática até à execução do projeto. O livro nasceu das angústias sentidas por um pároco colombiano. Interessante que um livro sobre paróquias no Brasil tenha nascido na Colômbia. Aqui um ponto em comum com a ‘pátria grande’, a América Latina, nossa vizinha tão distante e cada vez mais próxima nesse processo de globalização em que vivemos. A América Latina formou-se a partir de um processo de globalização realizado nos séculos que convencionamos em chamar a Idade Moderna. Falamos de globalização econômica e, ao mesmo tempo, temos que verificar que a globalização implica em mundializar certas instituições para a garantia do sucesso de tal empreitada. A colonização da América Latina foi, em grande parte a transposição das instituições européias para este lado do mundo. Entre as que aqui aportaram estava a paróquia.

Membro do centro de Estudo de História da Igreja na América Latina - CEHILA, e professor da Universidade Católica de Pernambuco Marcos Antônio de Almeida nos oferece, no primeiro capítulo “um esboço histórico do século XII ao século XVI”, um período de crise na cristandade européia, que coincide com o fortalecimento das estruturas eclesiais, uma necessidade da Sé Romana, então em confronto com as monarquias nacionais em formação. Nos lembra que a paróquia, como estrutura na política administrativa da igreja, remontam os séculos IV e V. Naquele período já se havia perdido muito do aspecto carismático e comunitário da primitiva associação dos que faziam o seguimento de Jesus. Era tempo de ocupar os espaços deixados pelo decadente império romano. Dioceses foram criadas e as paróquias tornaram-se parte de um espaço, de um território administrativo. Nas crises do século X e seguintes, o movimento dos monges de Cluny e do Cister, em um processo convergente com os interesses da Cúria romana, fortaleceram a paróquia como instância de controle social, muito mais do que vivência cristã, de espaço de solidariedade. A conquista de novos espaços para a agricultura, na prática dos arroteamentos, fez surgir muitas paróquias, dentro dos limites de antigas e novas dioceses. Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, dioceses que marcaram a presença e a expansão do poder eclesial, acompanhando a Reconquista da Península Ibérica. Foram também fonte de disputa de autoridade entre o governo português e o papado. Paróquias eram criadas mais em função dos benefícios econômicos que poderiam gerar do que da atuação pastoral catequética necessária. Leigos, abades e bispos lutavam por receberem benefícios ou concederem-no.

Embora fosse uma instituição que deveria estar voltada para o ministério do religioso, a paróquia assumiu uma função administrativa e, sem dúvida, serviu de elemento civilizador das populações que iam sendo retomadas pela

reconquista. Aliás essa função civilizatória esteve bem presente no processo de ocupação do território brasileiro. A tradição oral, bem posta pelo professor Marcos de Almeida, deve ter sido bastante utilizada nesse processo civilizatório, através dos sermões das missas dominicais. O Concílio de Trento esteve atento a esta atividade, preocupando-se com a formação dos presbíteros, futuros párocos. Este concílio confirmou a tendência de uma prática cristã fundada na hierarquia e, sem dúvida o padre responsável pela paróquia teve uma grande influência na manutenção da ortodoxia, no confronto com os reformadores. Mas a clericalização das paróquias teve como contrapartida o afastamento do leigo das atividades paroquiais. Aqui se firmou a tendência de ser o cristão apenas um fiel seguidor das orientações do pároco, responsável pela doutrina.

Contudo, a paróquia teve que garantir um espaço para as tradições populares. Mais do que na América Latina, o cristianismo europeu conviveu a e assimilou, pedagogicamente as tradições populares européias. O confronto entre a “quaresma e o carnaval” de que nos fala Peter Burke, foi menos destrutivo da cultura popular nos países ibéricos católicos do que nos reformados germânicos e anglo-saxões. Embora sob a supervisão do pároco, e do seu controle evidente, as procissões, as romarias, o devocionário simples se manteve. A paróquia na Lusitânia foi um espaço de permissão e de interdição, simultaneamente. Ao apontar algumas vicissitudes das paróquias em Portugal, o prof. Marcos de Almeida nos indica as origens de certos comportamentos ainda hoje observados em nossas paróquias, seja pelos párocos, seja pelos paroquianos.

Chegando ao Brasil, a organização paroquial não se fez inicialmente por paróquias, como nos lembra o prof. Fernando Londoño, mas por capelas. Quer dizer, apenas mais tarde, na segunda metade do século XVI é que paróquias são criadas. A religiosidade dos colonos é que criaram os primeiros centros de culto. São capelas privadas, são ermidas construídas por alguns que trazem a tradição antiga dos eremitas, como também são, as capelas nascidas da piedade de alguns proprietários. Aqui começa um dos limites da coletânea. Mais atenção é dada aos acontecimentos das religiões meridionais do Brasil, sendo pouco o espaço oferecido às experiências do norte e do nordeste. Entretanto, este capítulo **PARÓQUIA E COMUNIDADE NA REPRESENTAÇÃO DO SAGRADO NA COLÔNIA** é uma grande contribuição para os estudos sobre a Igreja no Brasil e, sem dúvida, um desafio para os estudantes de história da Igreja no nordeste. Aqui nos é apresentado o processo de criação das paróquias, a seleção dos padres e, com a distância metropolitana, a influência dos governadores na escolha daqueles que dirigem as paróquias. Sendo parte da administração colo-

nial, os párocos dela recebiam salários. O regalismo era parte fundante nas relações com o sagrado. Mas as comunidades podiam, alas mesmas, encomendar seus vigários, desde que assumissem as suas despesas. Muitas vezes, essas paróquias encomendadas eram o único recurso dos bispos escaparem da pressão metropolitana.

O estudo do prof. Londoño nos fez caminhar sobre todo o percurso colonial, confirmando a hipótese de serem as estruturas eclesiais parte do processo civilizatório. A criação de paróquias e bispados acompanham a expansão territorial, sendo, muitas vezes, a capela, mais tarde a paróquia, o primeiro esboço da presença do Estado. Por esta razão foi o pároco objeto de “ mais de 75 números” nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707. Sendo o estabelecimento de algumas determinações do Concílio de Trento no Brasil, a preocupação com o assentamento dos livros de registro, mostra a preocupação de saber quantos são os que recebem os sacramentos administrados, sendo uma base excepcional para o controle do movimento populacional da colônia.

O século XIX, na primeira parte, foi uma continuação do século XVIII? Isto é o que parece transparecer a estrutura do livro PARÓQUIA E COMUNIDADE NO BRASIL, pois rapidamente nos leva para a quarta década do século XIX e para a primeira república. O estudo “ A paróquia no Brasil na restauração católica durante a primeira república” de Paulo Fernando Diel, não nos informa o que aconteceu nas paróquias e nos conventos, nas capelas e nos mosteiros, nos anos intensos da formação do Império Brasileiro. Naquele período tivemos vários párocos envolvidos em rebeliões, como a Revolução de 1817 em Pernambuco e mesmo figuras importantes nos debates da Constituinte de 1824. Entendo que este é um dos aspectos que este grupo de jovens historiadores do CEHILA nos deixam abertos para futuras aspirações. Paulo Diel nos diz, logo na página 131, que um dos objetivos das ação dos bispos reformadores era “reformular o imaginário religioso do povo, substituindo suas crenças de cunho devocional, leigo e familiar, por expressões religiosas de caráter mais clerical, com ênfase no aspecto sacramental”.

Talvez seja esse um caminho para o entendimento do papel da estrutura colonial no Brasil do século XIX e no início do século XX: fortalecer a figura do padre como instância de maior presença na comunidade religiosa, tornando obsoleta a função das irmandades, que foram tão poderosas nos séculos anteriores. Assistimos, no final do século, a implantação das disposições tridentinas sobre a comunidade católica brasileira. O grande embate ocorrido no século XVI e XVII na Europa, entre a cultura da elite e a cultura popular, ocorre nos estertores do Século XIX e no início do século XX, no Brasil. A

implantação de um sistema pensados nas esferas superiores da sociedade, enfraquecem a tradição popular, gerando conflitos internos e externos. Entre os externos, podemos situar a confusão dos habitantes de canudos, a perplexidade que provoca a suspensão do padre Cícero Batista. É que o estabelecimento das paróquias significa, ao mesmo tempo, o fortalecimento dos bispos, o enfraquecimento das iniciativas laicas, pois, “o pároco, é a cabeça, e coração da paróquia..” mas ele é apenas o representante do bispo . Interessante notar que naquele período o Brasil começa a receber um contingente de cristãos reformados - protestantismo de imigração - e, embora a presença de protestantes comece a ser sentidas em áreas de não recepção de imigrantes, não há qualquer diálogo com as novas formas de cristianismo que chegam. A paróquia se fecha em si mesma.

A segunda parte do estudo de Paulo Diel analisa a situação da igreja católica a parti da famosa carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, quando se dirigia para a Diocese, posterior Arquidiocese de Olinda e Recife. Aqui nos aponta a preocupação do eclesiástico com a participação dos católicos na vida pública de forma que se torne efetiva a maioria dos católicos na população brasileira. A criação da Ação Católica, embora tendo por base a estrutura paroquial, já nos mostra os limites desta estrutura no mundo que se forma. A paróquia parece vencida pelo mundo moderno, embora não seja esta a conclusão de Paulo Diel. Contudo ele nos mostra que a paróquia foi se tornando um local para as aulas de catecismo, a instrução dos adultos pela pregação homilética a cada domingo. O pároco é o administrador dos sacramentos, aquele que estabiliza o número de sacramentos ministrados. Além disso supervisiona as atividades que ocorrem nas capelas que existam em sua paróquia. Nada é feito sem sua anuência e/ou presença.

Marco Dal Corso em PARÓQUIA E RELIGIÃO DO POVO, ao estudar a participação da paróquia no mundo rural em transformação nos anos de 1940 /1960, torna explicito o fato de a vida religiosa ocorrer fora da paróquia, onde apenas vai encontrar “o vigário administrador de sacramentos que resolve o problema da salvação individual (p. 172/173). Assim ele não vê saída para o seu estudo, senão a análise de suas experiências: o institucional-paroquial e o comunitário popular. O primeiro ele fez coincidir com a ordem, o segundo com o Progresso. Ao primeiro ele evoca Pio XI e o Cardeal Leme, ao segundo ele chama as ações colegiadas dos bispos do nordeste (Declaração dos Bispos do Nordeste - 1956) e as encíclicas sociais de João XXIII. O que verificamos, desde então, é o papel cada vez mais secundarizado das paróquias e uma ação mais ativa e eficiente (?) dos movimentos e das pastorais sociais, desenvolvidas

pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Mesmo os movimentos que foram criados como sendo paroquiais (caso de Movimento de Educação de Base) foram se distanciando da área de atuação do pároco, sofrendo um inexorável processo de secularização (p.185).

A reação, ou melhor, uma outra atuação para a paróquia, foi buscada na criação e prática do MOVIMENTO POR UM MUNDO MELHOR, analisado por Maria Cecília Domezi, que é ao mesmo tempo ativista e historiadora de uma experiência, ocorrida na paróquia de Cravinhos, na Arquidiocese de Ribeirão Preto, São Paulo. Para Cecília, a PARÓQUIA É DESAFIADA A SER COMUNIDADE, sob os influxos do Concílio Vaticano II. Foi uma tentativa de “sair de uma concepção prevalentemente jurídica, estática e tradicional, para uma visão de igreja que a cada momento se encarna no tempo, se renova”, como está dito pelo padre Luís Eugênio Perez, vigário de Cravinhos (p. 211). Tais preocupações do padre Luís, está, segundo Maria Cecília, respondendo às questões que são postas pelo desafio feito pelo papa João XXIII para a criação de um Plano de Emergência, escolhido pela CNBB; mas também é uma reação à emergência da vitória do maxismo em Cuba, fato deplorado pela hierarquia católica.

A ação desenvolvida pelo Movimento por um Mundo Melhor foi tomando consciência de que as paróquias e as dioceses viviam individualizadas em suas realidades, com práticas bastante centralizadas. Assim, foi necessário uma reciclagem de toda paróquia, inclusive dos vigários, de forma que fosse possível uma divisão das tarefas de acordo com as habilidades de cada paroquiano. Aos poucos algumas paróquias passaram a enviar missionários leigos para outras, de forma que a experiência podia ir se multiplicando, inclusive com a formação de Conselhos Paroquiais. As paróquias passaram a se organizar em setores e tiveram uma experiência que foi se voltando cada vez mais para as questões sociais e políticas, notadamente nos anos 70, quando passou a sentir também os efeitos da repressão do regime militar. Essa experiência deságua nas Comunidades Eclesiais de base e, termina quase por deixar uma constatação de surpresa e de melancolia: “...observou-se que os conflitos na igreja vem também do povo, porque o tradicionalismo e a ideologia das classes dominantes invadem hierarquia e povo, o que implica modelos contraditórios da Igreja” (p. 241) e, parece que o modelo tradicional de paróquia tem uma vida longa e uma instituição de caráter mais tradicional que renovador, que é a Igreja.

Na parte final do livro o padre Orestes João Stragliotto, o mais antigo inspirador deste livro que está em nossas mãos, nos apresenta algumas reflexões pastorais sobre a paróquia. Logo no início ele nos faz o resumo de suas idéias: “...

vamos descobrir que o que conta mesmo é o processo, é o esforço de mudar" (p. 248). Ele entende que as experiências que têm sido feitas na / e com as paróquias "acabaram por reduzi-la sempre a uma estrutura burocrático administrativa (...) Não passa de uma 'agência de desobriga'" (idem). Como pastor, o padre Orestes aponta três direções nesse processo de renovação da paróquia, nesse desejo de mudar: Dinamizar pela evangelização como anúncio de Boa Nova descentralizar a paróquia, o que põe em debate a questão do poder, de entregar a autoridade aos paroquianos, colocar a PALAVRA como centro da paróquia; efetivamente dar espaço ao LEIGO; respeitar o princípio da SUBSIDIARIEDADE e partir para novas modalidades de FORMAÇÃO DE AGENTES "ordenados". Com algumas variações, o padre Orestes quase retoma o conceito de paróquia da comunidade cristã anterior à organização eclesial pós-constantino. Ele propõe que os discípulos de Cristo formem comunidades cristãs (p. 252), que as paróquias não sejam lugares onde os "fregueses" cheguem para comprar serviços. Está propondo que o vigário não seja visto, nem se veja, como chefe, mas um articulador, um animador (p. 255). Para isso ele indica que deve haver uma modificação no processo de formação dos "agentes" ordenados. Que sejam educados para serem servos e não senhores das comunidades.

Creio ser quase desnecessário chamar a atenção para a importância deste livro. A sua organização já nos dá uma idéia fundamental: Primeiro ele estuda historicamente para depois, e se depois buscar as saídas pastorais. Atividades dos homens e da igreja, se dão ao longo da história e em um certo contexto. Sem considerarmos a historicidade dos homens e das instituições por eles criadas, nossas ações estarão condenada, senão ao esquecimento, mas ao fracasso. Não que devemos pensar na História como mestra infalível. Entretanto, conhece-la é sempre um bom caminho para entabular nossas ações.

Quero ainda ressaltar, o cuidado com os livros paroquiais deve ser uma preocupação constante. Que o seja em uma perspectiva positiva: guardar a memória do nosso povo, a nossa memória. Esses livros, do Tombo, de batismo, de casamento, etc., são as fontes de futuros historiadores da igreja. Por outro lado, o livro que acabamos de comentar coloca aos estudantes de história aqui presentes, e aos historiadores, a urgência de nos dedica-nos à pesquisa e à reflexão da vida de nossas comunidades paroquiais. É de grande importância para o conhecimento do Brasil, que os padres e os Conselhos Paroquiais diminuam as barreiras que separam o pesquisador da história da Igreja no Brasil e os documentos necessários para a execução de sua tarefa.

Abstract: This article wants to analyse a collective book about parishes in Brazil and at the sometime showing a critical view.

NOTAS:

* Professor de História da Universidade Federal de Pernambuco.

¹HOORNAERT, Eduardo. **Os Anjos de Canudos**. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 3.

²Após a conversão de Constantino, a legitimação imperial passou a privilegiar o clero cristão. Já em 318, a legislação atribuía aos bispos uma verdadeira jurisdição. Cf. Mário C. In: História dos Reinos Bárbaros, Idade Média II. Vol.2. Petrópolis, Vozes, 1991, p. 285-286.

³Estamos nos referindo aos famosos incidentes que envolveram Pepino, o Breve e o papa Zacarias, bem como aos incidentes relativos ao papa Leão II e a Carlos Magno.

⁴O referido curso é ministrado na Faculdade Nossa Senhora da Assunção, da Arquidiocese de São Paulo em colaboração com a comissão de estudos de História da América Latina - CEHILA.

⁵Paróquia e comunidade no Brasil, p.24.

⁶Os movimentos monásticos de Cluny e Cister, devem ser vistos como parte da reforma Gregoriana, a qual foi um combate de muitos papas contra o nicolaísmo, a simonia e a influência dos imperadores e dos senhores leigos no processo de investiduras. Cf. o capítulo 14 do volume2 da Nova História da Igreja, publicado pela ed. Vozes em 1974.

⁷Paróquia...p.24 e seguintes.

⁸A esse respeito há um interessante estudo de Louis Châtellier, A religião dos pobres: as fontes do cristianismo moderno, séc. XVI-XVII, publicado em Lisboa pela Editora Estampa. É bastante esclarecedora para a compreensão desse confronto, a leitura de todo capítulo 8 de Cultura Popular na Idade Moderna, de autoria de Peter Buke, publicado em São Paulo pela Companhia das Letras, no ano de 1980.

¹⁰Paróquia e ... p.36 e seguintes.

¹¹Idem p. 51

¹²Sobre a atuação dos leigos no período colonial, na organização da Igreja, veja-se o capítulo X da História da Igreja no Brasil, publicado pela editora Vozes, em 1997. Esta obra que propõe uma nova maneira de analisar a atuação da Igreja no Brasil não a partir de uma visão institucional, mas desde as organizações e movimentos da sociedade, faz parte de uma ampla coleção, feita pela Comissão de Estudos da Igreja da América Latina, prevista ser formada por 1 tomos.

¹³Paróquia e...p.59

¹⁴Idem p. 60 e seguintes

¹⁵Uma grande preocupação dos missionários era anotar o quantitativo dos sacramentos ministrados, em todos os movimentos missionários na América Latina, como forma de compensar, numericamente, os católicos perdidos para a Reforma. O mesmo ocorria na Europa, como se pode notar na leitura de CHÂTELLIER,

em obra citada na nota 8.

- ¹⁶Foi bastante ativa a participação do Clero nos movimentos imediatamente anteriores e posteriores à Independência. Oliveira Lima chega a chamar o movimento de 1817 de Revolução dos Padres. José Honório Rodrigues em *Independência: revolução e contra-revolução*, vol. 4, editado pela EDUSP em convênio com a Livraria Francisco Alves, em 1975/76, dedica todo um capítulo a atuação do clero no processo de independência do Brasil (p. 135-151). É claro que muitos desses padres ativos politicamente eram párocos.
- ¹⁷Se inicialmente a presença de protestantes no Brasil se deu por conta do processo de imigração, já no final do século XIX ele ocorre através de trabalhos missionários oriundos principalmente dos Estados Unidos da América. O celeste Porvir - Inserção do Protestantismo no Brasil, de autoria de Antônio Golvea de Mendonça, São Paulo, Edições Paulinas, 1984, é um interessante estudo sobre a penetração do protestantismo no interior de São Paulo.
- ¹⁸A Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - ocorreu em 14 de outubro de 1952.
- ¹⁹A Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, ocorreu em 1959. Historiadores da EHILA, apontam-na como marco divisor da História Latino-Americana.